



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**RESOLUÇÃO Nº 32, DE 8 DE OUTUBRO DE 2010**

Aprova critérios de partilha dos recursos para estruturação da rede de serviços socioassistenciais.

O **CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, em Reunião Ordinária realizada no dia 07 de outubro de 2010, no uso da competência que lhe confere o art. 18, IX, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS; e

Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução CNAS nº 269, que aprova a NOB-RH SUAS; Considerando o saldo de recurso das ações orçamentárias 2B30 - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Básica e 2B31 - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial, **RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar critérios de partilha dos recursos disponíveis nas ações orçamentárias 2B30 e 2B31, respectivamente, de estruturação da rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Parágrafo Único. Os recursos de que trata o caput deverão ser destinados exclusivamente para construção de Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e, ou Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS municipal;

**Art. 2º** Os Municípios habilitados no mínimo em Gestão Básica do SUAS e o Distrito Federal poderão apresentar propostas para o financiamento da construção de CRAS desde que possuam pelo menos uma unidade cadastrada no Censo SUAS 2009 que atenda os seguintes requisitos:

*Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/3*

I - Índice de Desenvolvimento do CRAS - ID CRAS sintético igual a 8, sendo a dimensão de estrutura física classificada como regular; e

II - não estar instalado em imóvel próprio.

§1º Os CRAS dos Municípios e Distrito Federal serão pontuados conforme o grau de desenvolvimento da dimensão de recursos humanos, atividades realizadas e horário de funcionamento, conforme abaixo:

Grau de Desenvolvimento Superior na Dimensão Recursos Humanos = 11 pontos;

Grau de Desenvolvimento Suficiente na Dimensão Recursos Humanos = 07 pontos;

Grau de Desenvolvimento Superior na Dimensão Atividades Realizadas = 05 pontos;

Grau de Desenvolvimento Suficiente na Dimensão Atividades Realizadas = 03 pontos;

Grau de Desenvolvimento Superior na Dimensão Horário de Funcionamento = 02 pontos;

Grau de Desenvolvimento Suficiente na Dimensão Horário de Funcionamento = 01 ponto.

§ 2º Para os Municípios e Distrito Federal que possuem mais de um CRAS que atendam os critérios do caput será considerado aquele que alcançar maior pontuação na forma do parágrafo anterior.

§ 3º A classificação dos Municípios e Distrito Federal que se enquadrem nos critérios previstos no caput se dará em ordem decrescente do somatório da pontuação aferida no § 1º.

§ 4º Fica estabelecido como critério de desempate entre os entes proponentes que obtenham a mesma pontuação na forma do §1º o menor índice SUAS, previsto na Norma Operacional Básica do SUAS - NOBSUAS e publicado no sítio institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br).

**Art.3º** Os Municípios habilitados na gestão Plena do SUAS e o Distrito Federal poderão apresentar propostas para o financiamento da construção de CREAS municipal desde que possuam pelo menos uma unidade cadastrada no Censo SUAS 2009 que atenda os seguintes requisitos:

I - pequeno porte I, II e médio porte: CREAS com, no mínimo, um assistente social, um psicólogo e um advogado; ou

II - metrópoles e Municípios de grande porte: o CREAS com, no mínimo dois assistentes sociais, dois psicólogos e um advogado; e

III - unidade CREAS não instalada em imóvel próprio e exclusivo. Parágrafo único. Os Municípios e Distrito Federal que atendam os critérios estabelecidos no caput serão classificados de acordo com o menor índice SUAS.

**Art.4º** Serão elegíveis para receber o financiamento da construção de CRAS e/ou de CREAS municipal os Municípios e Distrito Federal que atendam os requisitos e apresentem propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV até o prazo a ser pactuado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

**Art.5º** Os Municípios e Distrito Federal melhores classificados na forma desta Resolução serão financiados até o limite da disponibilidade orçamentária e financeira em cada uma das respectivas ações orçamentárias.

*Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 3/3*

Parágrafo único. Os Municípios e Distrito Federal que se enquadrem nos requisitos para o financiamento da construção de CRAS e, ou CREAS poderão apresentar propostas na forma do art. 2º e 3º.

**Art. 6º** Os Municípios e Distrito Federal não deverão pleitear financiamento para a construção de CRAS ou CREAS em endereços nos quais já existam propostas neste sentido apresentadas ao MDS.

**Art. 7º.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO FERRARI  
Presidente do Conselho